

Como exames nacionais de acesso à educação superior excluem estudantes: o caso da China*

Memory Chipeta

Guoyuan Sang

Resumo

Para demonstrar como o Exame Nacional de Acesso à Educação Superior (*National College Entrance Examination – NCEE*) exclui certas classes de estudantes, foram escolhidos artigos de periódicos *online* com resultados qualitativos que responderam especificamente ao objetivo da revisão que visa demonstrar os meios e métodos pelos quais esses estudantes são mantidos fora da educação superior. As mudanças no exame de admissão que ocorreram após a reintrodução do NCEE, em 1977, – tais como o critério de seleção diferenciada, as políticas de seleção como o sistema de cotas e o tratamento desigual de escolas e estudantes que envolve o fornecimento de recursos e serviços escolares –, levam à exclusão de minorias étnicas e de estudantes do meio rural. Os resultados apresentam uma visão geral do sistema educacional chinês, em particular a natureza de seus rigorosos exames universitários nacionais e a percepção dos problemas que os estudantes enfrentam.

Palavras-chave: admissão no ensino superior; China; educação superior.

* Investigação financiada pelo projeto internacional de pesquisa conjunta do Colégio Internacional Huiyan com a Faculdade de Educação da *Beijing Normal University*.
Tradução do inglês para o português por Wivian Weller.

Abstract

How National College Entrance Examinations exclude students from higher education: the case of China

This study aims to investigate how National College Entrance Examinations (NCEE) exclude certain students from higher education. To do so, researchers gathered articles from online journals with qualitative results that revealed findings that specifically answered the review's goal. The main goal is to demonstrate the means and methods by which certain students are kept out of higher education. The entrance test changes that occurred after the NCEE's reintroduction in 1977, such as differentiated selection criterion; selection policies such as the quota system, and unequal treatment of schools and students which include provision of school resources and services, all lead to the exclusion of ethnical minorities and rural students. The results provide an overview of the Chinese education system, in particular the nature of its strict national college examinations and insights of the problems Chinese students face.

Keywords: admission to higher education; China; higher education.

Resumen

Cómo los exámenes nacionales de acceso a la educación superior excluyen a los estudiantes: el caso de China

Para demostrar cómo el Exámen Nacional de Acceso a la Universidad (National College Entrance Examination - NCEE) excluye a determinadas clases de estudiantes, se eligieron artículos de revistas en línea con resultados cualitativos que respondían específicamente al objetivo de la revisión, con el fin de demostrar los medios y métodos por los que se mantiene a estos estudiantes fuera de la educación superior. Los cambios en el examen de ingreso que se produjeron tras la reintroducción del NCEE, en 1977, – tales como el criterio de selección diferenciado, las políticas del sistema de cuotas y el tratamiento desigual de las escuelas y los estudiantes, que incluye la provisión de recursos y servicios escolares, de hecho –, conducen a la exclusión de las minorías étnicas y los estudiantes de las zonas rurales. Los resultados ofrecen una visión general del sistema educativo chino, en particular de la naturaleza de sus rigurosos exámenes universitarios nacionales y de los problemas percibidos por los estudiantes.

Palabras clave: admisión a la educación superior; China; educación superior.

Introdução

Exames fazem parte dos sistemas educacionais de todos os países. Em geral, sua utilidade está relacionada com a transferência dos estudantes de um nível para o seguinte, a fim de atender a objetivos curriculares. A China, um dos nove países mais populosos (Unesco, [2021]), vem realizando um esquema de exames desde os tempos imperiais, quando tinha o objetivo de selecionar funcionários públicos. Na China moderna, há exames de conclusão do ensino fundamental¹, de admissão ao ensino médio, de conclusão do ensino médio e de admissão ao ensino superior.

Os *National College Entrance Examinations (NCEE)* – Exames Nacionais de Acesso à Educação Superior – têm sido objeto de pesquisas acadêmicas, com a publicação de várias revisões, parcialmente, porque, como Hannum, An e Cherng (2011) destacaram, os sistemas de avaliação educacional da China são, simultaneamente, um obstáculo e uma fonte de mobilidade educacional para as populações desfavorecidas.

Em sua análise, Hannum, An e Cherng (2011) descrevem que os exames para a faculdade são feitos por graduados no ensino médio geral ou técnico e, para ser admitido na universidade, é preciso alcançar uma certa pontuação. O Ministério da Educação estabelece duas notas finais para a admissão na universidade: a primeira qualifica para uma universidade de prestígio; a segunda, para admissão em qualquer universidade. Na China, o NCEE é o modo mais acessível para ser admitido nas universidades de prestígio, por isso, esse teste começa a chamar atenção fora do país. Como resultado, um estudante chinês pode usar as notas do NCEE para se inscrever em universidades estrangeiras.

O NCEE, na China, é conhecido como *Gaokao*, sistema de exames para admissão ao ensino superior, que remonta à era da pré-revolução cultural (Davey; De Lian; Higgins, 2007; Muthanna; Sang, 2015). Foi instituído em 1952 (Muthanna; Sang, 2015), suspenso de 1966 até 1976, devido à revolução cultural (Feng, 1999), e retomado em 1977. Esse exame também equivale aos exames imperiais, de acordo com Feng (1999), uma vez que adota a mesma estrutura e organização; no entanto, ambos focalizam áreas diferentes. O objetivo dos exames imperiais era recrutar funcionários para os serviços civis do imperador, ao passo que o NCEE promove a educação. O modelo nacional de admissões, criado pelo governo de Jiang Jie Shi, em 1939, serviu como referência para o NCEE. Ele oferecia duas formas de exame, de acordo com Hannum, An e Cherng (2011), assim resumidas: 1) Artes e Letras, e 2) Ciências e Engenharia. Os exames de Artes incluíam Política, Línguas, Matemática, História, Geografia e uma Língua Estrangeira. Os exames de Letras, por outro lado, abrangiam todas as matérias anteriores, com o acréscimo de Física e Química, mas excluindo História e Geografia. Os exames de Ciências e Engenharia, assim como os de Artes, incluíam Política, Linguagem, Matemática, Física, Química e Língua Estrangeira. Em 1981, as Ciências Biológicas foram acrescentadas ao exame de Ciências e Engenharia.

¹ No Brasil, equivale ao ensino fundamental II (6º ao 9º ano).

Em 1994, 1999 e 2001, o teste para admissão à faculdade foi reformatado três vezes e a mescla de disciplinas foi objeto da primeira reforma do exame, em 1994 (Hannum; An; Cherng, 2011; Liu, 2012). Em 1987, começou como o programa-piloto “3+1”, no qual os estudantes deveriam fazer três disciplinas obrigatórias e depois selecionavam uma das seis remanescentes, a fim de atender aos requisitos de diferentes faculdades e universidades. Em 1991, outro programa-piloto foi lançado, no qual os estudantes escolhiam uma das quatro combinações de disciplinas. Em 1994, foi criada uma reforma nacional do programa, com base nas experiências dos dois anteriores. O sistema “3+2” foi usado no programa-piloto de 1994 e os estudantes tinham de escolher três disciplinas obrigatórias e duas opcionais. O aumento das inscrições inspirou, em 1999, a segunda reforma dos exames para o ingresso nas faculdades. A província de Guangdong foi a primeira a implementar a reforma-piloto “3+X”, que incluiu três disciplinas obrigatórias (Língua, Matemática e Línguas Estrangeiras), bem como outras disciplinas ou combinações de disciplinas exigidas por faculdades e universidades. Em 2001, ocorreu a terceira Nova Reforma Curricular, com modificações que visavam incluir mais conteúdo local, interatividade e adequação às necessidades individuais dos estudantes e, também, encorajar estilos interativos de aprendizagem que são mais apropriados às necessidades da economia global do conhecimento (Hannum; An; Cherng, 2011). A revisão final do novo currículo teve um significativo efeito na qualidade e na estrutura do sistema de exames de admissão (Hannum; An; Cherng, 2011).

Uma das funções dos exames de admissão é selecionar candidatos para as instituições de educação superior. Como resultado, os estudantes que reprovam são excluídos do sistema. Nesse sentido, o presente artigo examina estratégias adotadas pelo NCEE para excluir alguns estudantes do ensino médio do acesso à educação superior na China. Mais especificamente, nosso objetivo é extrair elementos de exclusão por meio da análise sistemática da literatura pautada em estudos qualitativos sobre o tema.

Breve visão geral da tendência de ingresso à educação superior chinesa desde a reinstituição do NCEE: revisão da literatura

Dos 20 milhões de estudantes que prestaram o NCEE em 1977, foram aceitos 5,7 milhões (Feng, 1999). No entanto, em 1979, dos 4,6 milhões de candidatos, apenas 0,27 milhão foi aprovado em uma instituição de educação superior (Seybolt, 1979a *apud* Feng, 1999). Nos anos 1990, o NCEE foi aplicado a cerca de 3 milhões de jovens anualmente (Feng, 1999). Em 1998, por exemplo, um terço dos 3,2 milhões de examinados ingressou em uma instituição de educação superior (IES). De 1998 a 2004, os dados do anuário estatístico da China de 2004 apontam um aumento gradual do número de candidatas e das taxas de sucesso (Davey; De Lian; Higgins, 2007). A taxa média de admissão aumentou de 34%, em 1998, para 64%, em 2009 (Ross; Wang, 2010).

Requisitos de administração do NCEE

O NCEE rege as admissões em todas as faculdades e universidades chinesas (Feng, 1999). Como resultado, nenhuma universidade ou faculdade é obrigada a realizar seu próprio exame de admissão. Antes de obter as autorizações do NCEE, todos os candidatos devem ter seus registros políticos e religiosos revisados, assim como passar nos exames de saúde. Aqueles com antecedentes criminais, registros de erros ou problemas políticos, bem como aqueles com deficiências físicas ou problemas de saúde, são desqualificados por essas disposições. As avaliações nas áreas temáticas são usadas para aferir o grau de preparação acadêmica do candidato.

Os exames são ministrados de forma descentralizada e a estrutura burocrática dos exames imperiais foi passada para o NCEE. O Ministério da Educação, anteriormente conhecido como Centro de Exames Educacionais (CEE), é uma agência governamental que supervisiona diferentes tipos de exames educacionais nacionais padronizados e é supervisionado pela *National Examinations Authority* – NEA (Davey; De Lian; Higgins, 2007; China. ME. Sec, 1997; Feng, 1999). Os candidatos do NCEE são obrigados a se registrar na NEA (Davey; De Lian; Higgins, 2007). De uma estrutura anterior organizada em dois níveis, o NCEE passou a ser um sistema de quatro níveis, com a agência nacional de admissão no topo, uma agência de admissão provincial, uma agência de admissão da prefeitura/cidade e, na base, a agência de admissão da comarca (*county*).

Os papéis de cada nível de administração do NCEE são detalhados por Feng (1999). A agência nacional de admissão está encarregada de decidir sobre a escala das solicitações anuais da nação, cotas para as províncias, áreas temáticas a serem avaliadas, perguntas e respostas de revisão, assim como critérios de admissão. A agência de admissão provincial é responsável pela emissão de autorizações do NCEE, impressão e distribuição de documentos relativos ao exame para as secretarias de admissão das cidades e províncias, supervisão da administração do exame, condução dos testes e tomada de decisões a respeito da admissão. A agência de admissão da prefeitura/cidade é responsável por manter os processos de inscrição e recomendar a admissão à secretaria provincial. Finalmente, a secretaria de admissão da comarca investiga e decide as credenciais dos candidatos, assim como administra as avaliações e elimina os candidatos não qualificados e não desejados.

Instituições de educação superior na China

De acordo com Liu (2012), a educação superior na China cresceu rapidamente desde 1999. O autor menciona que o número de estudantes matriculados quadruplicou durante esse período. A educação que definia as classes sociais na China antiga se tornou mais importante na China contemporânea. As credenciais do ensino superior passaram a ser necessárias para o emprego técnico e o exercício de funções de liderança no século 21. No entanto, a partir de 1991, as matrículas deixaram de ser gratuitas na educação superior chinesa. As pessoas estavam entusiasmadas com esse movimento porque, segundo elas, ele ajudaria a equilibrar

a alta demanda por esse nível de formação. Embora os custos fossem arcados pelo governo e pelos cidadãos, o valor das anuidades (*fees*) estava aumentando, colocando uma barreira no caminho de oportunidades para todas as classes sociais. O aumento das anuidades constituiu um obstáculo para famílias do meio rural em função da baixa renda. Apesar da implementação de empréstimos (*loans*) a juros baixos para esses estudantes, muitas IES não os tinham e onde havia eram insuficientes.

Dessa forma, estudantes com menor poder aquisitivo estão mais presentes em IES de menor prestígio, uma vez que os bancos tendem a conceder empréstimos àqueles que se encontram em IES de elite. Nesse sentido, Davey, De Lian e Higgins (2007) destacam dois níveis de universidades chinesas: em um nível, encontram-se as universidades prestigiadas, que outorgam um diploma de graduação (bacharelado) após quatro anos de estudo; no outro, situam-se as IES que concedem diplomas de graduação após dois ou três anos de formação. Os autores ressaltam ainda que apenas poucos selecionados têm acesso ao ensino superior na China. Isso indica que muitos estudantes estão sendo mantidos fora dessas instituições.

Com base na discussão apresentada até aqui, destaca-se que, apesar de a China contar com inúmeras IES, essas instituições não atendem a todos os estudantes qualificados para a admissão universitária. É de conhecimento geral que a maioria dos estudantes que realizam o NCEE deseja frequentar universidades de prestígio, mas o número limitado de instituições com essas características inviabiliza esse projeto. Apesar de o *Gaokao* ser um exame justo e legítimo, um número significativo de estudantes não é admitido na universidade por outras razões que vão além da quantidade reduzida de universidades de prestígio. Assim, este artigo objetiva investigar as formas e os meios pelos quais os exames nacionais chineses excluem algumas classes de estudantes da educação superior.

88

Metodologia

Este trabalho utilizou um método de revisão sistemática para encontrar, sintetizar sistematicamente e analisar estudos qualitativos que investigaram formas de exclusão do ensino superior por meio do NCEE. Mais especificamente, foram examinados textos que contemplavam resultados de pesquisas qualitativas sobre o exame de admissão e que constituíram o objeto da análise empreendida. A abordagem metaetnográfica desenvolvida por Noblit e Hare (1999) foi empregada para interpretar e sintetizar os resultados. Usando essa abordagem, os pesquisadores compararam e reinterpretaram os dados primários de várias pesquisas selecionadas para essa revisão.

Alguns passos foram seguidos para chegar aos resultados. Os pesquisadores buscaram pesquisas qualitativas que incluíam artigos, teses e dissertações publicadas em revistas internacionais e disponíveis em bases reconhecidas, como JSTOR, ProQuest, Taylor e Francis, EBSCO, Elsevier e Springer. Os termos de busca incluíram, entre outros: ensino superior na China, *Gaokao*, admissão universitária na China, exames de ingresso em instituições de ensino superior chinesas. Os materiais considerados relevantes para revisão foram aqueles publicados a partir do ano em

que o NCEE foi reinstituído na China (1977). Uma amostra de materiais baixados foi escolhida propositalmente e, dessa forma, os pesquisadores determinaram critérios para inclusão e exclusão das fontes a partir das quais foram obtidas informações relevantes para o objetivo deste artigo (Noblit; Hare, 1999; Bryman, 2012).

Com base nesses critérios, os pesquisadores incluíram estudos que: 1) utilizaram metodologias de pesquisa qualitativa; 2) concentraram-se total ou parcialmente na investigação de aspectos relativos à exclusão de estudantes chineses do ensino superior por meio do NCEE; 3) estavam disponíveis em *sites* de pesquisa na China; 4) foram publicados em língua inglesa entre 1977 e 2020; e 5) dispunham de acesso aberto para *download* por parte dos pesquisadores. Embora artigos em inglês, publicados em revistas de acesso fechado, estejam associados a altos custos na China e, como tal, muitas vezes não estejam ao nosso alcance, os critérios 4 e 5 também foram delimitados com o intuito de permitir que os leitores brasileiros tenham acesso livre aos artigos selecionados e avaliados. Assim, todos os estudos que não preenchiam os critérios mencionados foram excluídos.

Devido aos critérios altamente seletivos, apenas sete artigos de pesquisa foram incluídos nesse trabalho de revisão sistemática. Todos os artigos selecionados foram cuidadosamente lidos e analisados para sintetizar os aspectos de exclusão que emergiram dos estudos.

Síntese dos resultados e discussão

A discussão a seguir detalha como o NCEE discrimina alguns grupos de estudantes quando se trata da admissão ao ensino superior. Como será demonstrado, a administração do NCEE, suas regras e as atividades reais de violação de diretrizes levam à exclusão de certos estudantes do processo de admissão. Em uma nota mais enfática, quaisquer restrições ou falta de recursos antes dos exames também são uma forma de exclusão de determinados estudantes da seleção para o ensino superior.

Distribuição desigual dos recursos escolares e do apoio aos estudantes

Em virtude de ambientes desiguais ou cuidados desproporcionais, é negado a alguns estudantes o acesso ao ensino superior. Estudantes de áreas rurais compõem um desses grupos. Por exemplo, nas áreas rurais, conforme observado por Hannum, Na e Cherng (2011), a atual reforma das disciplinas eletivas como Artes, Língua Estrangeira e Tecnologia esbarra em questões de pessoal (corpo docente). Além disso, a criação de *key schools* resultou em uma alocação desigual de recursos escolares, porque elas receberam tratamento preferencial em termos de recursos e financiamento (Tam; Jiang, 2015). Em um estudo conduzido por Andreas (2004), um funcionário de educação de uma comarca confirmou os resultados de Tam e Jiang, afirmando:

A qualidade do pessoal docente das escolas de ensino médio nas comunas era fraca e também faltavam equipamentos para elas. Estes foram eliminados no intuito de concentrar forças em apenas uma boa escola de ponta (*key-point*

school), uma escola de ensino médio da comarca. As notas obtidas nos exames de admissão ao ensino superior dessas escolas não eram boas, por isso nós as fechamos. Nós nos concentramos nos exames para as universidades. Pegamos os melhores professores das outras escolas e os enviamos para a *Lai Shui n° 1 Middle School*. Demos a ela o melhor equipamento; se sobrasse algum, dávamos para as outras escolas. O objetivo era produzir alunos mais talentosos que pudessem passar nos exames universitários. (Andreas, 2004, p. 29).

A questão é que a maioria das *key schools* de prestígio está localizada nas principais cidades da China, que são áreas urbanas (Davey; De Lian; Higgins, 2007; Tam; Jiang, 2015) e que ocupam posição prioritária no recebimento de recursos. Isso tem um impacto negativo sobre os estudantes das áreas rurais que frequentam escolas que não são classificadas como de ponta. Como resultado, eles têm uma chance muito baixa ou nenhuma possibilidade de entrar na universidade porque não podem competir em igualdade com alunos das *key schools*. Além disso, a cada ano, a *State Education Commission* (SEC) fornece às escolas orientações e especificações de planejamento para o NCEE. As escolas são supervisionadas e recebem assistência na forma de instrução e desenvolvimento profissional, a fim de atestar a qualidade acadêmica do ensino secundário. Entretanto, de acordo com Feng (1999), as escolas em áreas rurais, mais empobrecidas, ganharam apenas uma fração desses benefícios. Outro fator é o número crescente de estudantes de famílias de classe média goza da oportunidade de estudar em países ocidentais (Yang, D., 2014), um custo proibitivo para estudantes de grupos sociais mais baixos.

Como consequência dos rigorosos critérios dos exames nacionais, os professores são frequentemente observados tratando os estudantes de modo diferente. A implementação de incentivos na forma de bônus para professores cujos alunos têm um bom desempenho exige que eles tratem os estudantes de uma mesma classe de maneira distinta, como detalhado por um professor do ensino médio:

Anteriormente, as relações entre professores e alunos tinham sido muito boas. Todos os professores se preocupavam em fomentar os alunos (*guanxi*²). Eles assumiam a responsabilidade pelos alunos. Hoje, se você não se sai bem na escola... o professor simplesmente te ignora... eles dão um bônus aos professores... Eles abandonam os maus alunos... Antes, quando não existia este tipo de bônus, os professores se responsabilizavam por todos os alunos. (Andreas, 2004, p. 38).

Outro participante do mesmo estudo expressou sua aceitação em relação às limitações de recursos educacionais para estudantes de grupos minoritários, mas argumentou que isso não tem relevância para a política de admissão no ensino superior, criticando, dessa forma, a tendência de oferecer tratamento distinto aos estudantes minoritários. Ele chegou à seguinte conclusão: "Nós, estudantes da China, devemos ter as mesmas instalações e o mesmo sistema de classificação" (p. 6). Concordamos parcialmente e, ao mesmo tempo, discordamos parcialmente do argumento apresentado por esse respondente. Deve ser de conhecimento geral que não existe uma conexão entre pertencer a um grupo minoritário e ser admitido em

² Guanxi são redes de conexões interpessoais e de confiança que ocupam uma importância fundamental em diversas esferas da sociedade chinesa.

uma universidade, ou seja, não há nenhuma relação entre os dois. Entretanto, se for amplamente aceito que o grupo minoritário não tem as mesmas oportunidades que o grupo majoritário, aceitá-los na universidade poderia ser viável, mas não definitivo, uma vez que há uma maneira de fazer com que os dois grupos de estudantes sejam admitidos na mesma base.

Sistema de cotas para a educação superior

Outro fator que leva à exclusão de alguns em detrimento de outros é o sistema de cotas de admissão nas universidades. Nesse esquema, cada província tem um número fixo de estudantes que serão admitidos em suas universidades a cada ano (Harman, 1994). De acordo com Tam e Jiang (2015), as instituições de ensino superior das províncias são obrigadas a favorecer o ingresso de estudantes locais, cujas matrículas estejam dentro da província, devido à sua posição nas admissões universitárias. Isso significa que certos estudantes, que obtiveram nota inferior, serão admitidos na universidade e outros serão excluídos em outras províncias, nas quais as notas de admissão às universidades são mais altas.

Isso inclui os estudantes que são elegíveis para a admissão universitária, mas que são deixados de fora quando o percentual de alocados em sua província é atingido. Por exemplo, os residentes de Pequim respondiam por 16% das novas matrículas na universidade em 2003, enquanto o percentual de estudantes de outras províncias variava entre 0,2 e 5,1% (Davey; De Lian; Higgins, 2007, p. 389). Xangai teve uma taxa de 55% de matrículas em 2005, em comparação com menos de 10% em Yunnan, Guizhou e Mongólia (Shu, 2005 *apud* Liu, C., 2016). Todos os anos, a *Pekin University* e a *Tsinghua University* têm mais vagas abertas para cidadãos de Pequim do que para o conjunto de todas as áreas rurais (Chunguang, 2007). Como resultado, Xu Yang (2010) alega que o processo de admissão baseado na localização provincial é injusto porque há uma distribuição desigual da quantidade e da qualidade das instituições de educação superior na China. Apesar do amplo reconhecimento das falhas, os benefícios de um sistema de cotas não podem ser totalmente desprezados. De acordo com Tam e Jiang (2015), tal sistema é menos dispendioso porque os estudantes devem frequentar uma instituição que esteja mais próxima de suas localidades, eliminando, dessa forma, custos de alojamento e financiamento de moradia. No entanto, isso não exclui a possibilidade de os estudantes se candidatarem a universidades fora de suas províncias de origem.

Variação dos critérios de seleção

Minorias étnicas, atletas, filhos de oficiais do exército e estudantes deficientes têm notas mais baixas quando se candidatam a universidades (Davey; De Lian; Higgins, 2007). De acordo com Liu (2012), estudantes de áreas minoritárias e rurais foram admitidos em instituições e em cursos elencados pelas províncias com notas de 10 a 20% abaixo do mínimo nacional. Muthanna e Sang (2015) fizeram observações semelhantes. Um participante da pesquisa de Muthanna e Sang sobre as perspectivas dos estudantes chineses de graduação em relação ao *Gaokao* afirmou que:

[...] os estudantes minoritários também são beneficiados, embora eles também precisem obter a nota média no teste; eles ainda estão autorizados a ingressar na universidade de sua preferência. Enquanto para nós, os estudantes não minoritários, é impossível ser aceito naquelas universidades de alto nível com notas tão medianas. (Muthanna; Sang, 2015, p. 5).

Simayi (2014) também confirma que essas políticas preferenciais contribuíram para a elevação da educação das minorias, embora com consequências negativas significativas. A razão do tratamento diferenciado dos estudantes minoritários deve-se aos serviços limitados disponíveis em suas escolas (Andreas, 2004). As conclusões de Liu (2012) corroboram esse entendimento. Tais justificativas para a admissão de minorias na educação superior, por outro lado, poderiam comprometer a qualidade do ensino chinês. Não está claro se as notas mais baixas nos testes de um grupo de estudantes minoritários são consequência ou não da falta de apoio em suas escolas. Ainda que houvesse recursos disponíveis, eles poderiam ter dificuldades. Como resultado, é importante considerar uma variedade de fatores antes de atribuir uma nota mais baixa a um estudante pertencente a um grupo minoritário.

Há algumas exceções, por exemplo, quando a admissão de outros estudantes na universidade não toma por base seu desempenho nos exames. Alguns deles, apesar de tais casos serem raros, são simplesmente recomendados (Liu, 2012). Alunos de destaque de cada cidade, recomendações de escolas de ensino médio afiliadas a universidades, prêmios e qualificações alcançados, assim como filhos de policiais recomendados às instituições de educação superior da polícia, estão entre os tipos mais comuns de recomendações. Em 2001, por exemplo, 3.408 estudantes foram admitidos em universidades com base nesse critério. Isso dá ao leitor a impressão de que 3.408 alunos não foram admitidos na universidade naquele ano porque foram substituídos por estudantes sob recomendação. A prioridade foi dada a jovens cujos pais haviam contribuído significativamente na batalha contra a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) em 2003 (Davey; De Lian; Higgins, 2007, p. 389).

Como resultado das notas mais baixas alcançadas por minorias étnicas e estudantes do meio rural, o risco de deixar de fora muitos grupos étnicos e urbanos não pertencentes às minorias que atingiram a nota mínima ou um pouco acima é sempre alto. A atenção preferencial às minorias pode ser entendida como uma forma racional e eficaz de promover o sucesso das minorias étnicas no crescimento educacional (Simayi, 2004). No entanto, a admissão diferencial na universidade tem um impacto excludente significativo sobre os estudantes de outras etnias e/ou raças.

Conclusão: implicações e limitações do estudo

Por meio desta revisão sistemática, buscou-se analisar as formas pelas quais certas classes de estudantes chineses são excluídas da educação superior ao realizarem o NCEE. Embora a China conte com um número significativo de universidades, parte dos estudantes que se inscreve para os exames de admissão

não consegue se matricular em uma IES devido à insuficiência de vagas. Além disso, as reformas/políticas educacionais da China, bem como as diferenças na pontuação e nos requisitos de colocação, desempenham um papel significativo na exclusão de certos grupos.

Como mencionado, muitos estudiosos expressam seus pontos de vista críticos sobre o NCEE. O fato de o exame receber muitas críticas não significa, no entanto, que ele seja ruim, mas indica que precisa ser reformado a fim de corrigir suas falhas. Embora este artigo tenha retomado tais críticas, também apresentou o outro lado da questão do NCEE, fazendo um contraponto com diferentes perspectivas de pesquisadores, estudantes e funcionários da educação chinesa sobre o assunto. Os dados analisados permitem uma compreensão detalhada do problema em foco. Além disso, a revisão sistemática ofereceu uma visão geral dos exames nacionais chineses, bem como dos problemas enfrentados pelos estudantes em decorrência desses exames.

A revisão foi restrita quando considerada a quantidade de dados qualitativos analisados. Isso se deve também ao fato de que muitas pesquisas qualitativas sobre o assunto estão mais voltadas para as experiências dos estudantes que conseguiram acessar a universidade do que para os estudantes que ainda estão no ensino médio. Além disso, a bibliografia chinesa sobre o assunto é difícil de ser encontrada e as publicações em inglês são de difícil acesso pelas razões apontadas anteriormente.

Referências bibliográficas

ANDREAS, J. Leveling the Little Pagoda: the impact of College Examinations, and their elimination, on rural education in China. *Comparative Education Review*, Chicago, v. 48, n. 1, p. 1-47, Feb. 2004. Available in: <https://doi.org/10.2307/3541999>. Access in: 3 May 2021.

BRYMAN, A. *Social research methods*. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2012.

CHINA. Ministry of Education (MoE). State Education Commission (SEC). *Yearbook of education in China*. Beijing: SEC, 1997.

CHUNGUANG, W. Education and social inequality in China: elite groups perpetuating their privileged status. *China Perspectives*, [Hong Kong], v. 3, n. 71, p. 110-116, 2007. Available in: <http://www.jstor.com/stable/24053285>. Access in: 3 May 2021.

DAVEY, G.; DE LIAN, C.; HIGGINS, L. The university entrance examination system in China. *Journal of Further and Higher Education*, [S.l.], v. 31, n. 4, p. 385-396, 2007. Available in: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03098770701625761>. Access in: 3 May 2021.

FENG, Y. National college entrance examinations: the dynamics of political centralism in China's elite education. *Journal of Education*, [S.l.], v. 181, n. 1, p.

39-57, Jan. 1999. Available in: <https://doi.org/10.1177/002205749918100104> .
Access in: 3 May 2021.

HANNUM, E.; AN, X.; CHERNG, H. S. Examinations and educational opportunity in China: mobility and bottlenecks for the rural poor. *Oxford Review of Education*, Oxford, v. 37, n. 2, p. 267-305, 2011. Available in: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03054985.2011.559387>. Access in: 31 May 2021.

HARMAN, G. Student selection and admission to higher education: policies and practices in the Asian region. *Higher Education*, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 313-339, 1994. Available in: <https://doi.org/10.1007/BF01432073>. Access in: 3 May 2021.

LIU, C. *Regional disparity in higher education enrollment in China*. 2015. 60 f. Thesis (Master of Public Policy) – Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences, Georgetown University, 2016.

LIU, J. Examining massification policies and their consequences for equality in Chinese higher education: a cultural perspective. *Higher Education*, [S.l.], v. 64, n. 5, p. 647-660, Apr. 2012. Available in: <https://www.jstor.org/stable/23275718>. Access in: 3 May 2021.

LIU, L. An overview of development of higher education access in China. *Higher Education Studies*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 1-7, June 2012. Available in: <http://dx.doi.org/10.5539/hes.v2n2p107>. Access in: 3 May 2021.

94

MUTHANNA, A.; SANG, G. Undergraduate Chinese students' perspectives on Gaokao examination: strengths, weaknesses, and implications. *International Journal of Research Studies in Education*, [S.l.], v. 4, n. 5, Apr. 2015. Available in: <https://doi.org/10.5861/ijrse.2015.1224>. Access in: 3 May 2021.

NOBLIT, G. W.; HARE, R. D. Meta-ethnography: synthesizing qualitative studies. *Particularities: Collected Essays on Ethnography and Education*, [S.l.], v. 44, p. 93-123, 1999. chap. 5. Available in: <https://www.jstor.org/stable/42975557>. Access in: 3 May 2021.

ROSS, H.; WANG, Y. The college entrance examination in China: an overview of its social cultural foundations, existing problems, and consequences. *Chinese Education & Society*, [S.l.], v. 43, n. 4, p. 3-10, July/Aug. 2010. Available in: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/CED1061-1932430400>. Access in: 3 May 2021.

SIMAYI, Z. The practice of ethnic policy in education. In: LEIBOLD, J.; CHEN, Y. *Minority education in China: balancing unity and diversity in an era of critical pluralism*. Hong Kong: Hong Kong Scholarship Online, 2014. p. 131-160. Available in: <https://doi.org/10.5790/hongkong/9789888208135.003.0007> . Access in: 3 May 2021.

TAM, T.; JIANG, J. Divergent Urban-rural Trends in College Attendance: State Policy Bias and Structural Exclusion in China. *Sociology of Education*, [S.l.], v. 88,

n. 2, p. 160-180, 2015. Available in: <https://doi.org/10.1177/0038040715574779>.
Access in: 3 May 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Thesaurus*. [S.l.], [2021]. Available in: <http://vocabularies.unesco.org/thesaurus/concept17100>. Access in: 23 Apr. 2021.

WANG, L. Social exclusion and inequality in higher education in China: a capability perspective. *International Journal of Educational Development*, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 277-286, May 2012. Available in: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2010.08.002>. Access in: 3 May 2021.

YANG, D. Bluebook of China's Education General Report. *Diversity and reform: preparing for a new age of education in China*, [S.l.], v. 119, n. 2, p. 187-189, 2014. Available in: <http://ci.nii.ac.jp/naid/40017128637>. Access in: 3 May 2021.

YANG, X. Access to higher education for rural-poor students in China. *Educational Research for Policy and Practice*, [S.l.], v. 9, p. 193-209, 2010. Available in: <https://doi.org/10.1007/s10671-010-9084-3>. Access in: 3 May 2021.

ZHAO, X.; SELMAN, R. L.; HASTE, H. Academic stress in Chinese schools and a proposed preventive intervention program. *Cogent Education*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1-14, 2015. Available in: <https://doi.org/10.1080/2331186X.2014.1000477>. Access in: 3 May 2021.

Memory Chipeta é mestranda em Liderança e Política de Educação na Faculdade de Educação, *Beijing Normal University*, Pequim, China.

mchipeta17@gmail.com

Guoyuan Sang é professor no *Center for Teacher Education Research*, *Beijing Normal University*, Pequim, China.

guoyuan.sang@bnu.edu.cn

Recebido em 6 de agosto de 2021

Aprovado em 12 de novembro de 2021